

Balaio



de notícias

Boletim Informativo de Córregos e Gondó | Edição 02 | Maio e Junho de 2024

Assessoria Técnica Independente ATI 39 NACAB | Conceição do Mato Dentro (MG)

Pé de fruta, pé de memória e resistência

Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Tempos de colheita

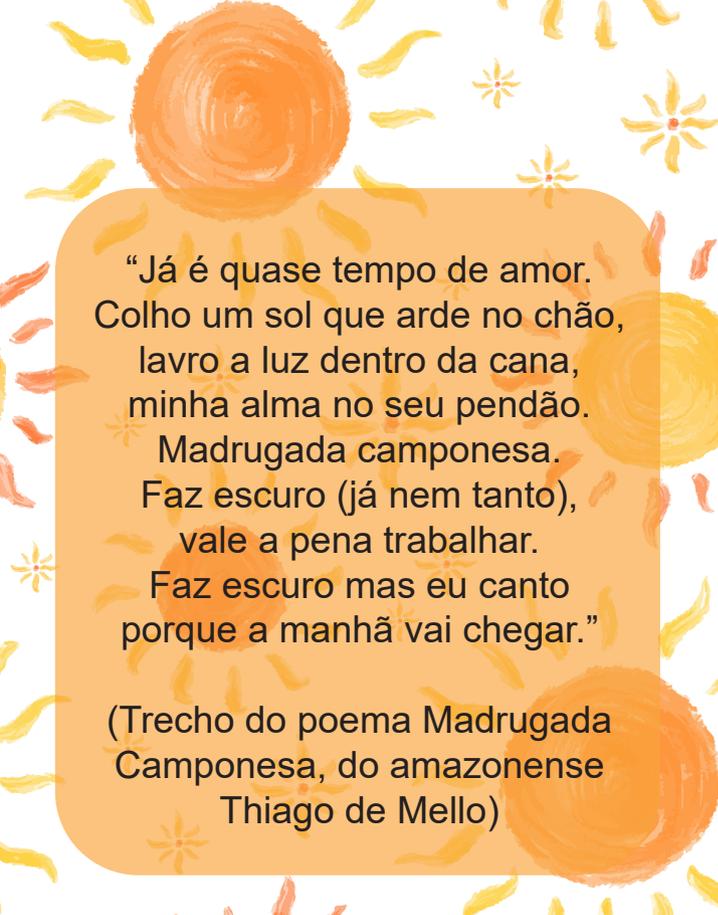
Depois do trabalho de plantio, rega e cuidados, é chegado o tempo das colheitas. E, quando se fala em diversidade, os tempos são sempre de colheitas. Há frutas que se colhem no verão, outras no outono, outras ainda no inverno e assim por diante. Maio a julho, por exemplo, é época de boas safras de maracujá, mexerica, laranja e acerola.

Nesta edição do Balaio falamos sobre essas atividades carregadas de afeto que envolvem a colheita de frutas nos quintais e que fazem parte do cotidiano das famílias de Córregos e Gondó. Atividades que, desde a chegada da Anglo American na região, vem sendo prejudicadas.

Por aqui também mostramos as colheitas das comunidades de Gondó em uma retrospectiva das Oficinas do Plano de Ação de Reassentamento (PAR) de Gondó. Depois de cinco oficinas em que a comunidade discutiu e apontou as principais premissas, critérios e demandas para um reassentamento justo para as famílias, é tempo de rever, elaborar e colher resultados. Relembramos aqui, portanto, os pontos que marcaram as oficinas do PAR.

Por último, a edição traz o repasse da reunião das lideranças da comunidade de Gondó com representantes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad) em Diamantina, no dia 29 de abril. A reunião ocorreu em formato híbrido (presencial e online), com a participação do promotor Caio Dezontini e do procurador do município, Filipe Gaeta. O objetivo foi cobrar posicionamento da Secretaria em relação ao Ofício 081 SUPRAM JEQ/ MPMG/ AA, que questiona sobre localidades pertencentes a Gondó que estão sendo excluídas do PAR.

Esperamos que vocês gostem da leitura!



“Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.”

(Trecho do poema Madrugada
Camponesa, do amazonense
Thiago de Mello)

Caso tenha alguma sugestão de pauta para contribuir na construção do Jornal Balaio, compartilhe com a gente!

HORÁRIOS DOS ATENDIMENTOS NOS ESCRITÓRIOS

Escritório Casa dos Romeiros:

R. José Paulino, s/n - Matozinhos (ao lado da Casa dos Romeiros).

De segunda a sexta, de 8h - 12h / 13h - 17h.

Escritório de Córregos:

Casa Paroquial.

De segunda a quinta, de 9h - 12h / 13h - 17h.

Contatos:

Alcione: (31) 99869-4191

Douglas: (31) 9840-8857

EXPEDIENTE

Produção: Equipe de Comunicação ATI 39 Nacab | **Edição:** Brígida Alvim | **Textos, diagramação e foto de capa:** Cecília Santos | **Colaboração:** Rodrigo Teixeira, Patrícia Castanheira e Georgyanne Sena | **Revisão técnica:** Guilherme Bongiovani e Roberto Figueiredo | **Coordenação Geral ATI 39 Nacab:** Wander Torres | **Tiragem:** 180 exemplares

Colher frutos e saborear afetos

Ingá, caqui, acerola, carambola, limão, mangaba, banana, jambo, limão, manguita, abacate, mexerica, pitanga, mamão, amora, lima. Os pomares das famílias de Córregos e Gondó têm uma riqueza e uma diversidade de frutas que tanto servem de alimento, quanto compõem as histórias e memórias coletivas de quem vive em pequenas comunidades.

Subir no pé para apanhar manga; catar acerolas e pitangas; descascar uma mexerica, chamar a vizinhança para colher os caquis; transformar o mamão, a banana e o figo em doces, geleias e bolos para compartilhá-los com a família, a vizinhança e os amigos. Esses são alguns dos costumes que vão sendo passados de geração para geração entre as famílias de Córregos e compõem a identidade da comunidade.

Os pomares das famílias são lugares

de encontro e afeto. As frutas transformadas em doces ainda marcavam presença nas Festas do Rosário, tradicional celebração registrada como patrimônio cultural no distrito de Córregos.

“Quando era época de festa, que o pessoal faz muito doce, eles vinham e pegavam aquela mamoeira, eu dava pra eles os pés, que eles faziam doce do pé de mamão; é mais gostoso do que do mamão. (...) Mas agora não tem um pé de mamão, morreu tudo, tudo. E tinha era muitos, muito mesmo.”

Maria do Amparo Teixeira,
moradora de Córregos



Foto: Arquivos ATI 39 Nacab

Impactos / danos da mineração

Para além dos quintais e festas, as pessoas também se lembram da Associação Vida Nova para Córregos (Vinocor), pela qual a comunidade produzia e comercializava frutas e polpas. O morador Ramiro da Silva começou a trabalhar na Associação logo no começo dela, ao fim da década de 1990. Segundo ele, nessa época, na terra dava muita acerola, limão taiti, abacaxi, maracujá. Mais tarde, com abertura da fábrica, havia a produção de polpas dessas frutas. Mas depois, a Associação foi desativada devido à recaída na produção.

Ainda segundo relatos de moradores, desde que a atividade minerária chegou na região, as frutas não têm a mesma saúde de antes e, assim, não há colheita, partilha, produção, encontros e nem doces para as festas.

Estudos

Desde o início do trabalho no território, a Assessoria Técnica Independente Cáritas ATI 39, que na época assessorava as comunidades de Córregos e Gondó, produziu estudos e notas técnicas sobre os impactos do Projeto Minas-Rio da Anglo American nas duas comunidades. Um desses estudos, realizados em 2021, foi relacionado ao Programa da Gestão de Qualidade do Ar. Nele, a equipe apontou as *“potenciais afetações da poeira sobre os recursos hídricos, produções agropecuárias e degradação das estruturas produtivas”*, indicando que a poeira do minério afeta a saúde das plantações, dos pomares, das frutas.

Apesar dos estudos realizados pela ATI e encaminhados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), os impactos continuam, muitas vezes, sem solução ou reparação justas. Porém, conforme condicionante do Licenciamento Ambiental, é dever da mineradora executar uma série de ações e programas com o fim de atenuar os impactos / danos nas comunidades atingidas por suas operações.

“As frutas hoje não são tão iguais antigamente, né? Laranja, tudo tá com problema, não sai direito, não dá né? (...) Mamão, tem bastante anos que não tem mamão (...). Eu plantei umas mudas de mamão ali, aí ela tá lá, quieta lá, mas não sai.”



Ramiro da Silva,
morador de Córregos

“Desses anos para trás, a gente apanha mexerica e se você quisesse chupar ela, tinha que lavar a casca porque tava toda preta. Aquele pó vai agarrando na fruta e as mudas que a gente planta não saem mais bonitas iguais era não.”, comenta também Dona Amparo.

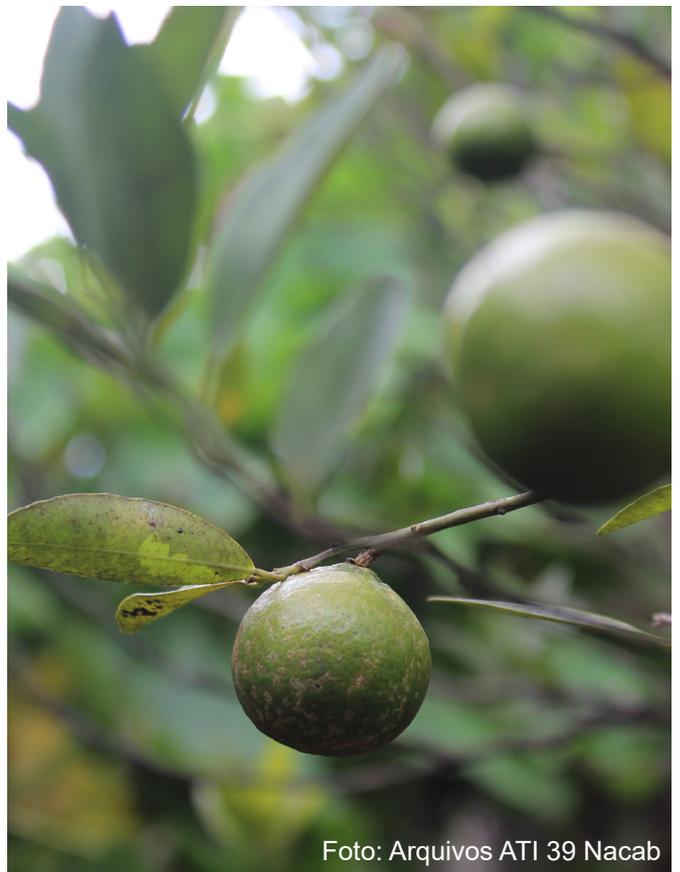


Foto: Arquivos ATI 39 Nacab

Programa de Reestruturação Produtiva

Foto: Arquivos ATI 39 Nacab



Este programa foi desenvolvido pela Anglo American para atender às famílias que têm seus modos de vida e produção atingidos pela implantação e operação do Projeto Minas-Rio. O Programa tem o dever de fortalecer e estimular as atividades socioprodutivas nas comunidades, de forma a reduzir os impactos/danos causados pela mineração.

Por meio de ações voltadas à orientação, capacitação, acompanhamento e desenvolvimento social e dos sistemas produtivos, ele deve oferecer às famílias e pessoas atingidas, condições necessárias para se adaptarem e garantirem sua produção que, muitas vezes, é baseada na agricultura de subsistência. Dessa forma, deve-se restabelecer e melhorar as atividades agropecuárias, bem como os costumes das comunidades nos mesmos padrões ou superiores àqueles existentes antes das interferências minerárias na região.

Como acessar o Programa de Reestruturação Produtiva?

O Programa não deixa claro como as famílias e pessoas atingidas podem ter acesso às ações do Programa. A equipe da ATI 39 Nacab sugere a quem tiver interesse acessar o canal de comunicação de Relacionamento com Comunidades (RCC) da Anglo American, pelo telefone: **0800 941 7100** ou pelo e-mail **faleconosco@angloamerican.com**. E vocês podem contatar equipe da ATI para tirar dúvidas, pedir suporte e acompanhamento.



Construção do Plano de Reassentamento (PAR) de Gondó

Em setembro de 2022, durante a Assembleia Comunitária em Gondó, a comunidade manifestou o desejo de negociação de suas propriedades com a Anglo American. Em agosto de 2023, na 5ª Reunião do Comitê de Convivência, a Anglo American apresentou o Plano de Ação de Reassentamento de Gondó (PAR). A proposta era construir um Plano de Reassentamento com a comunidade em cinco oficinas, a primeira aconteceu em outubro de 2023, no ano passado. Vamos relembrar?



Valter Peixoto na Assembleia Comunitária, que aconteceu em Gondó no ano de 2022. Foto: Arquivos ATI39 Nacab

1ª Oficina

Na primeira Oficina de construção do Plano de Reassentamento de Gondó, dia 10 de outubro de 2023, a equipe da Anglo American se propôs a apresentar a metodologia e os critérios básicos que seriam incluídos no Plano e, também, a escutar as considerações das famílias. Já nesse primeiro momento, a comunidade e o Ministério Público pontuaram a importância das tratativas relacionadas ao Ofício

Nº 81/SUPRAM JEQ/ MPMG/ AA. Este documento se refere às localidades Diamante, Solidão Ribeiro, Fazenda Paulista, Retiro São Francisco e Buritis, que a mineradora não considera pertencentes a Gondó e nem mesmo atingidas por suas operações.



O Promotor de Justiça local, Caio Dezontini, do Ministério Público, pontuou, inclusive, que

Setembro de 2022
Assembleia comunitária em Gondó

Agosto de 2023
5ª Reunião do Comitê de Convivência de Gondó

Outubro de 2023
1ª Oficina do PAR

Foto: Cecília Santos



1ª Oficina do PAR de Gondó na Escola E. Daniel de Carvalho em outubro de 2023.



as questões relacionadas ao Ofício poderiam afetar a construção dos critérios e princípios do PAR e as negociações fundiárias. Apesar disso, representantes da Synergia, empresa contratada para elaboração do Plano, não incluíram as famílias dessas localidades nas primeiras etapas, de identificação e mapeamento populacional.

Entre os encaminhamentos, foi decidido que o MPMG solicitaria às administrações pública estadual e municipal, documentos referentes à caracterização e delimitação de Gondó, e consequente prioridade na tramitação do Ofício nº 81; sob pena de prejuízo ao resultado útil do PAR, caso houvesse demora na resolatividade. Também, que a Anglo American acompanharia a tramitação do Ofício.

2ª Oficina

Na segunda Oficina, 13 de dezembro de 2023, o objetivo da Anglo American e da Synergia foi o de realizar a devolutiva da primeira etapa do Plano, ou seja, do cadastro e identificação das propriedades e famílias que estavam sendo contempladas pelo PAR. Até esse segundo encontro, a empresa havia concluído 53 visitas às famílias.

Durante a reunião, representantes da Synergia apresentaram os mapas por satélite da comunidade de Gondó com a identificação das localidades que estavam sendo contempladas no PAR. O mapa, porém, gerou diversos questionamentos pela comunidade, uma vez que as localidades da vertente oeste do Rio Santo Antônio não estavam sendo consideradas pela empresa.

Essa situação colocou o Ofício Nº 81 SUPRAM JEQ/ MPMG/ AA., que questiona a caracterização e delimitação territorial de Gondó, novamente em discussão.



Nessa reunião, o Promotor de Justiça, Caio Dezontini, afirmou também que o PAR apenas será adequado caso se comprometa a seguir a legislação correspondente a ela, ou seja, às diretrizes e objetivos da Política Estadual de Atingidos por Barragens (PEAB), que considera os direitos e interesses da comunidade atingida. Nesse momento, ele reafirmou a condição de atingida da comunidade de Gondó de acordo com os termos da PEAB.

Dezembro de 2023
2ª Oficina do PAR

Fevereiro de 2023
3ª Oficina do PAR

Março de 2023
4ª Oficina do PAR

Abril de 2023
5ª Oficina do PAR

3ª Oficina

Fotos: Cecília Santos



No dia 1º de fevereiro, aconteceu a 3ª Oficina. A Anglo American e a empresa Synergia levantaram a discussão sobre modos de vida e áreas de destino. A comunidade pontuou uma lista de premissas para o local de destino e o processo de reassentamento:

Ser próximo à Conceição do Mato Dentro; a Anglo American deverá fazer um banco de

imóveis; a água é um fator importante; deve haver opção de reassentamento individual; infraestrutura e condições de acesso no local de destino; melhor avaliação da terra; preço justo; documentação do imóvel de destino; regularização documental; vistoria prévia do imóvel; possível reforma de melhorias dos imóveis de terceiros sem custo para o morador; considerar o tempo para retirar materiais e demolição após saída.

Além disso, o Promotor de Justiça, Caio Dezontini, defendeu que os problemas ocorridos com pessoas/comunidades reassentadas não se repitam. Que as pessoas reassentadas tenham acesso ao transporte público, à energia, acesso à água e ao abastecimento sustentável. Ele também enfatizou a questão dos registros e documentações das propriedades, que as famílias já tenham posse da documentação ao se mudar para os novos locais. O Promotor ainda falou da necessidade de realizar os cadastros para que todos esses pontos pudessem ser garantidos.

4ª Oficina

Na quarta Oficina do PAR, a proposta foi que a comunidade fizesse contribuições relacionadas aos critérios dos atendimentos e acolhimentos nas negociações; aos apoios necessários na execução do Plano; à restauração dos modos de vida no local de destino. A comunidade também se manifestou sobre as suas expectativas quanto ao reassentamento.

Um ponto importante também debatido foi a restauração dos modos de vida da comunidade quando ela for reassentada. Ou seja, a comunidade tem características tradicionais que precisam estar previstas no plano e na execução do reassentamento.

Sobre isso, Caio Dezontini pontuou: “É necessário levar em conta a forma que cada um leva a sua vida. Tem gente que planta, tem gente que cria gado. Mas tem

gente que pretende mudar. Por exemplo, quer prestar um serviço, ser motorista, mexer com informática. Eu vejo como uma oportunidade, por exemplo, de solicitar um curso, uma oficina”.





Nessa última, representante da Ética Engenharia, empresa responsável pela realização do cadastro patrimonial, explicou como serão realizados os cadastros topográfico e patrimonial na comunidade; e como os dados coletados serão utilizados para calcular os valores das propriedades.

Depois de responder dúvidas das pessoas atingidas, a Anglo American se comprometeu em enviar o extrato da proposta do Plano de Ação de Reassentamento de Gondó para os e-mails da comunidade e da ATI até o dia 15 de maio, o que ainda não aconteceu.

Após o envio do extrato, a mineradora deverá apresentá-lo à comunidade. Em seguida, a equipe do Nacab vai se reunir com as pessoas atingidas, para análise e debates do que for proposto e para apoiar, se for preciso, a elaboração de contrapropostas da comunidade.

Áreas de interesse



A Anglo American criou um banco de sugestões de áreas de destino para o reassentamento da comunidade de Gondó, nas modalidades de reassentamento rural coletivo e imóveis de terceiros (para interesses individuais). Assim, além das áreas que a empresa apresentará como alternativas, as famílias poderão sugerir propriedades que têm interesse.

As sugestões deverão ser comunicadas ou enviadas para a equipe da ATI 39 Nacab que, por sua vez, enviará para a Anglo American, para avaliação e inserção desses lugares no banco de áreas de destino.

Lideranças de Gondó se reúnem com representantes da Semad

Foto: Cecília Santos



No dia 29 de abril, lideranças de Gondó, acompanhadas da equipe da ATI 39 Nacab, estiveram em Diamantina para reunião com representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). O objetivo foi cobrar andamento do Ofício Nº 81, que trata da delimitação e caracterização territorial da comunidade e consequente exclusão das localidades Fazendas Retiro São Francisco; Diamante; Paulista; Ribeiro e Solidão, no Plano de Ação de Reassentamento de Gondó proposto pela Anglo American.

Estiveram presentes, de forma online, o Promotor de Justiça/ CMD do Ministério Público/ Conceição do Mato Dentro, Caio Dezontini; Luís

Tarcízio Gonzaga; integrante da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) e o Procurador do Município de Conceição do Mato Dentro, Filipe Gaeta.

Durante a reunião, foi explicado à Secretaria sobre a situação de quem mora nessas localidades, que não são consideradas pela mineradora como pertencentes à Gondó e nem como áreas atingidas pela atividade minerária. Por conta disso, as famílias dessas localidades não estão sendo contempladas nos programas da mineradora e nem no Plano de Ação de Reassentamento (PAR) de Gondó. A comunidade, a ATI e o Ministério Público cobraram urgência na revisão da delimitação da comunidade e a manifestação da Semad sobre o assunto.

Jesoares da Silva, morador de Diamante e reassentado em Gondó há 16 anos, participou da reunião e explicou à equipe da Semad sobre sua chegada ao local e os impactos negativos sentidos por ele e outros moradores, devido à proximidade com a mina da Anglo American:



“*Tem barulho demais, a gente escuta as bombas, poeira tem muita! Mas até que intenção de sair de lá eu não tenho, mas a gente queria ter a própria escritura, que eu não recebi. Agora dizem que a gente já vai receber as escrituras, mas a gente queria um recurso a mais, que é a água. Eu fui reassentado, de Passa Sete, me tiraram de lá porque eles precisavam do lugar, né? Eu tomava conta, mas a fazenda não era minha, e cheguei onde estou agora, entendendo como Gondó e até hoje conheço como Gondó. Vamos ver se agora pra frente continua.*”

Jesoares da Silva, morador de Gondó



Resposta da Semad

Em relação ao estudo que a Anglo American realizou, pela empresa terceirizada Ferreira Rocha, para caracterizar a comunidade de Gondó e demarcar as famílias atingidas, Sara Cruz, da Semad, comentou: “*A gente não dá à empresa o direito de determinar o que é a comunidade. O empreendedor, como é o interessado, tem que apresentar a caracterização regional para a gente. Onde ele vai buscar essa fonte da informação é o que a gente questiona. Igual nesse estudo, em que falaram que a prefeitura não tinha os dados e usaram a metodologia própria.*”

A caracterização regional ou delimitação de um território é responsabilidade do poder público, mas Gondó não é delimitada. E foi



por isso que o Ministério Público encaminhou Ofício 081 à Semad.

Como encaminhamento da reunião, a SUPRAM URA JEQ irá oficializar a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro solicitando o estudo e a informação complementar que trata da caracterização e delimitação territorial da comunidade de Gondó. Depois irá analisar todos os documentos referentes ao tema, para chegar em um acordo quanto à caracterização da comunidade.

